

O MOVIMENTO OPERÁRIO E A REPÚBLICA*

MARCOS VINÍCIUS PANSARDI**

*"Já dissemos e repetimos: o nosso partido é o partido operário."
(Luis França e Silva, "Revista Typographica", 16.12.1889.)*

Já de algum tempo tornou-se popular as teses que defendem uma visão da história do Brasil que acentua a continuação de nossas instituições políticas, que privilegia a eterna conciliação das várias frações de nossa elite dominante, e que em conseqüência desenvolve uma visão de um país onde o povo aparece em nossa história apenas como uma massa de manobra de nossas elites, assistindo "bestializado" o desfilar de revoluções produzidas por e para aquelas.

Este trabalho, assim, está fora de moda; primeiramente por defender que, o surgimento da República em 1889, não foi apenas um movimento superficial, defenderemos a idéia que 1889 se insere dentro de um processo crucial de nossa história política, qual seja o início do processo de criação do estado burguês no Brasil, tese defendida por Décio Saes em seu livro *A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888 - 1891)*. Marco básico para a consolidação do capitalismo no Brasil.

Para as classes trabalhadoras isso significou a sua constituição formal como

sujeito de direito, pela implantação do direito burguês no Brasil, e a reorganização do Estado, agora burocratizado, permitindo o acesso das classes exploradas às tarefas do Estado.

Para a burguesia isto significou a possibilidade da incorporação maciça do trabalhador como mercadoria, e a criação da igualdade jurídica que elimina os privilégios da aristocracia imperial, podendo enfim, abrir-se o espaço para a mercantilização das relações sociais, e para o predomínio da distinção pelo trabalho.

Ou seja, entre 1888 (abolição da escravidão) e 1891 (constituente), criou-se as condições para que o operariado e a burguesia se firmassem como classes participantes do jogo político, e adquirissem consciência de si e ao mesmo tempo do outro.

No entanto, esta mesma República seria criada por grupos sociais influenciados por ideologias políticas conflitantes: o liberalismo inglês, o jacobinismo francês e o positivismo comteano¹.

* Este artigo faz parte da dissertação de mestrado em Ciência Política defendida na UNICAMP, sob o título de "Republicanos e Operários: Os Primeiros Anos do Movimento Socialista no Brasil (1889 - 1903)".

** Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP.

A luta que se segue oporia os militares positivistas aos liberais oligárquicos, luta esta que não seria vista com indiferença pelo operariado, e que também mostraria a tentativa de aproximação dos operários e de setores republicanos iluminando a tentativa de criar uma república com ares sociais e democráticos enterrada com a vitória do liberalismo autoritário, consolidado no quadriênio de Campos Salles, conhecido como a "República dos Governadores".

A República instaurada em 1889, portanto, carrega a contradição de fundar um regime tensionado entre o liberalismo, o conservadorismo e o reformismo. Assim, é liberal ao aceitar o princípio básico da igualdade perante a lei, a eliminação dos privilégios do nascimento, a democracia parlamentar e as liberdades civis. No entanto incorpora concepções anti-liberais; ou seja, positivistas e jacobinas, como a forte intervenção estatal na economia e na política, como a desconfiança do individualismo, um sentimento comunitarista, com um forte apelo ao nacionalismo e ao federalismo.²

Nosso trabalho buscara o encontro com uma inesperada agitação operária, que ao contrário do que diz a literatura hegemônica não está ausente, enquanto classe, neste período histórico. O nascimento da república foi acompanhado com entusiasmo pelos setores organizados do proletariado, que inclusive esteve surpreendentemente ativo na propaganda dos ideais republicanos.³

Também deve causar surpresa a lembrança que já havia uma classe operária visível mesmo durante o período imperial. O artigo de Evaldo da Silva Garcia sobre a imprensa operária e socialista no século XIX demonstra uma crescente publicação de

jornais classistas já a partir da década de 30 do século passado.⁴ Aí temos uma classe definida não apenas pela sua inserção estrutural no sistema produtivo, mas já como uma consciência classista perceptível na defesa de seus interesses. Contudo, não havia ainda um caráter estritamente político em suas atuações, e sim uma defesa essencialmente corporativa de seus ofícios.

Naquelas páginas o conflito classista está nublado pela presença opressiva do pesado estado imperial, para onde se dirigem suas reclamações e pedidos. A classe ainda não se vê como agente político, mas já se vê como um segmento social diferenciado, que deveria ser objeto de atenção do Imperador.

Contudo, desde 1888 ou mesmo antes, os jornais operários demonstram que já surgiam em setores avançados da classe operária vozes que propugnavam uma ação mais efetiva da classe, não apenas na defesa de seus interesses econômicos, mas, principalmente, pela sua participação nas questões políticas que agitavam a nação.

Tendo este trabalho o objetivo de pensar a ascensão política da classe operária nestes primórdios da República, ou mais especificamente as possíveis manifestações de uma consciência da classe operária nos anos iniciais da Primeira República, lançaremos mão das idéias de Antônio Gramsci, que podem nos trazer uma contribuição original para a compreensão da formação da classe operária sob o capitalismo, através da utilização do conceito de hegemonia.

Primeiramente, Gramsci nos revela que o conceito de hegemonia não explica apenas o domínio da burguesia sobre o proletariado, mas também a resistência do proletariado

frente a esta burguesia, nesta relação, apesar de desigual, existem dois elementos ativos, e não apenas um. A consciência de classe do operariado - e da burguesia - assim como a hegemonia ideológica desta última não surgem automaticamente junto com a instalação do regime capitalista, se formam no conflito, na tensão entre estas duas classes. Na progressiva consciência da diversidade, na identidade que se forma pela oposição de interesses. A consciência da diversidade é produzida muito depois das suas próprias práticas já demonstrarem uma trajetória diferente de lutas.

Para Gramsci, o primeiro momento de consciência coletiva é o corporativo, onde a defesa do grupo social se faz essencialmente no campo econômico. A ação de grupo ainda não produz um discurso independente de classe, mas sim o grupo utiliza-se do arsenal ideológico da burguesia, da sua linguagem, do seu vocabulário, apropriando-se deste para vocalizar seus objetivos.⁵ A embrionária consciência de classe que se manifesta na ação - criação de associações mutualistas, ou posteriormente de resistência, a formação de ligas e jornais operários, as greves, etc. - demonstra a contradição entre uma prática que já contesta o domínio ideológico da burguesia, e um pensar que se move dentro do universo ideológico desta, parecendo que aquela se encontraria submissa e subordinada intelectualmente, reproduzindo uma concepção de mundo que não é a sua. Enquanto a classe operária não ultrapassar seus interesses econômicos corporativos, continuaria subordinada à burguesia. Somente a transposição para interesses políticos mais abrangentes possibilitaria a superação dos interesses que dividem os membros da classe, criando a homogeneidade

de interesses necessária para a concretização da organização operária, e só com a organização que a consciência coletiva poderia se efetivar.⁶

Além disso, a classe como um todo não pode se autonomizar da visão de mundo da burguesia sem a criação de um grupo de pessoas especializadas em elaborar a nova ideologia que já se encontra em embrião na própria atuação prática da classe. Apenas a elaboração desta nova visão de mundo própria que o proletariado poderá superar a separação entre o agir e o pensar que caracteriza a atuação do proletariado naquele momento.

Após afirmar que todos os homens são filósofos, Gramsci acrescenta que poucos, no entanto, realizam a função de filósofos: função esta que é principalmente tornar coerente e difundir a concepção de mundo que este grupo desenvolve em suas práticas, uma classe só adquire consciência de si através da organização, e uma classe só se organiza se criar seus próprios intelectuais - que Gramsci denominará de "orgânicos".

Ainda podemos ver dois momentos na superação da visão de mundo burguesa e sua substituição por uma visão de mundo genuinamente operária: um primeiro momento a formação da consciência de classe operária não supera os horizontes do sistema capitalista, poderíamos ver aí a atuação dos intelectuais orgânicos corporativistas, num segundo momento estes limites são superados, e a atuação dos intelectuais orgânicos supera os limites do capitalismo e se apresentam - os operários - com um projeto para toda a sociedade.⁷

Assim como os partidos políticos, os intelectuais orgânicos são aqueles que

buscam tornar coerente a ação da classe operária, buscam a sua organização, e a sua intervenção enquanto força autônoma, buscam unir a classe através de um programa econômico que una as diversas individualidades num bloco único e consciente de sua especificidade e em relação aos outros grupos da sociedade. Num primeiro momento, esta busca se restringe a garantir a igualdade jurídico-política em relação as outras classes, defender seu espaço no seio da sociedade, junto às outras classes. Nega-se a divergência e acentua-se a convergência de idéias. A cultura e os valores burgueses são as fronteiras onde circulam as críticas e o dissenso operário. Ou seja busca-se a igualdade jurídica burguesa, e busca-se a participação política a que tem direito todo cidadão: a de eleger e ser eleito. Portanto, um clássico exemplo de hegemonia - e portanto o início de uma contra-hegemonia - ou seja, demandas classistas usando um vocabulário político tradicional indica os parâmetros de um lícito dissenso na cultura capitalista. Os textos de Gramsci, portanto, revelam a importância da organização operária (partidos e sindicatos) e dos intelectuais orgânicos, não só como indício da solidificação da consciência da classe operária mas como pressupostos para seu aparecimento.

Este artigo procura revelar o surgimento do dissenso operário, logo após o irromper da República em 1889, como uma resposta, não apenas, ao próprio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no país, da instalação do sistema jurídico-político burguês, mas principalmente, produto do acúmulo de experiências já vividas pelo operariado nos últimos anos do Império. Esse caminho nos leva a reconstruir os ideais de França e Silva, talvez o mais importante líder

operário destes primórdios da República, fazendo isso pensamos poder recuperar uma parte dos ideais da classe naquele período.

O surgimento e as idéias deste líder operário demonstram a existência de uma consciência de classe já visível nas próprias práticas daquele proletariado. A luta de França e Silva por organizar sua classe refletem o próprio amadurecimento desta, que buscaremos acompanhar através do desenvolvimento de suas idéias, que o farão evoluir de um "intelectual corporativo" até a forma típica do "intelectual orgânico" que nos fala Gramsci...

O movimento operário esteve presente nos dois movimentos políticos mais importantes do final do século XIX: a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. O primeiro movimento teve como fator positivo, para o operariado, a eliminação da mácula do escravismo, e portanto, a possibilidade da dignificação do proletário pelo trabalho. A Proclamação da República, como já colocamos, criou um espaço de igualdade formal que poderia/deveria ser ocupado pelos trabalhadores (democracia).

As idéias de Luis França e Silva - no momento da formação do Partido Operário de 1890, e da publicação de seu jornal *Echo Popular*, exemplificam o dissenso operário que se formaria no turbilhão da criação da República, discurso produzido, como veremos, em grande parte pela revolução política republicana-burguesa, mas já nascido em contradição a esta. O discurso de França e Silva é formalmente liberal, e contudo, este se proclama socialista, esta aparente contradição é, na realidade, a demonstração do surgimento de uma consciência de classe em busca de um projeto próprio. A

apropriação do vocabulário liberal pelos operários significa a busca de legitimidade para uma política autônoma, mais que isso, a legitimidade da classe como ator político. Levariam os argumentos liberais até suas fronteiras ameaçando rompê-las, tendo como linha de demarcação a sua defesa da propriedade privada e a idéia da convivência harmoniosa entre as classes.

Na realidade França e Silva, neste momento defende uma concepção corporativa de classe, não pode ser considerado um liberal, seu pensamento tem semelhanças das concepções do socialismo utópico, como Saint-Simon ou Owen, na sua defesa da propriedade privada e da harmonia de classes lembra a defesa do "industrialismo" de Saint-Simon, como também numa defesa da sociedade do trabalho contra a sociedade dos privilégios do *Ancien Régime*. Dos socialistas utópicos França e Silva carrega a mesma incompreensão acerca da real função da propriedade privada na sociedade burguesa, contudo, está alguns pontos a frente, ao definir o proletariado como o agente propulsor dessa nova sociedade, aí sua referência está mais próxima do socialismo reformista da II Internacional..

Este socialismo dos primeiros anos da República- de França e Silva e seu grupo, também do grupo de Vinhaes, como o do grupo que originalmente se aglutinou em torno do pioneiro jornal socialista do pós-proclamação, o "Voz do Povo" -é visto pela literatura tradicional sob a pecha de precursores do "peleguismo", ou do "trabalhismo", dos anos do pós-guerra pelo fato de não proporem a ruptura com o sistema capitalista que se desenvolvia em nossas terras.⁸ A estes autores falta a lembrança que

o socialismo dito utópico também não propunha a superação do capitalismo, propondo na realidade amplas reformas baseadas na harmonia entre as classes produtivas, é só com este parâmetro histórico que podemos entender o socialismo de 1890; contudo, frisei que é um socialismo já em franca ruptura com o socialismo utópico tradicional *a lá* Saint-Simon, pois tem no proletariado sua força dirigente, e fala em classes e não nos pobres, ou nas genéricas classes produtivas.⁹ Não pressupõe a criação de sociedades utópicas, dos falanstérios, das colônias socialistas; mas sim seu ideal propugnava a intervenção do proletariado, na própria sociedade - a criação da República Social, nem burguesa nem proletária - através de um partido político de classe.

A idéia da participação do operariado na vida política da República seria uma novidade propugnada por Luis França e Silva desde antes da Proclamação da República. Esta participação iria além da simples defesa do ofício, da classe em sentido estreito, significava a defesa dos trabalhadores, dos operários e dos artistas, daqueles que viviam com o próprio suor de seu rosto, significava a entrada em cena da classe operária com projeto próprio, com organização própria, não como apêndice do movimento republicano, ou das classes dirigentes. Era a defesa de um espaço próprio, de uma imagem própria.

A legitimidade da atuação operária se dá pela crítica da relação do Estado imperial com as classes trabalhadoras (classes desprezadas, aviltadas, estas eram a escória do Império). A crítica ética pedia por uma nova sociedade, contra os privilégios, a favor da igualdade jurídica. É neste contexto que deve ser visto o surgimento da idéia da criação do Partido Operário. Porque agora a

classe operária é parte integrante da nação, e por outro lado tem o direito a ter sua própria opinião, demonstrar esta é sinônimo de identidade:

*"As classes laboriosas, como parte integrante da nação, têm o direito de imiscuir-se nas questões que se agitaram no País, pela livre manifestação do pensamento. Errôneo anda, em nossa opinião, todo aquele que entende ser o dever do operário não sair da obscuridade de sua oficina; não é este o exemplo que nos dão os operários de países adiantados como a Inglaterra, França, Bélgica, e Alemanha, que, com a pena e com a palavra nos comícios populares, também educam e guiam a opinião. Somos folha de classe por isso mesmo temos o dever de dizer o que pensamos sobre esse ou aquele fato. Desde que não façamos isso, será reconhecer em nós mesmos a nenhuma importância que temos no País, quando somos dele uma força e um poder. Não tomaremos posição definitiva nos partidos políticos militantes, mas, na luta por eles travada, seremos claros e precisos no enunciar da nossa opinião".*¹⁰

França e Silva tinha consciência da "faca de dois gumes" que era o movimento republicano; se por um lado o republicanismo acenava com a participação do operariado na sociedade republicana - seguindo as orientações do mestre Auguste Comte que pregava a "incorporação do proletariado na sociedade moderna". Por outro lado, existia a ameaça de que o proletariado se atrelasse ao republicanismo como sócio menor, e acabasse recebendo as migalhas do banquete burguês-republicano.

Não foi preciso muito tempo para que as apreensões de França e Silva se concretizassem. O aparecimento do tenente José Augusto Vinhaes, com sua ligação profunda com os governos republicanos de Deodoro e Floriano, demonstraria dramaticamente como a opção republicana para o movimento operário colocaria em xeque a nascente base para a construção de

um movimento e de uma consciência classista forte.

Alarmado com a fundação de um Partido Operário dirigido por alguém de fora da classe e ligado ao republicanismo, França e Silva revela suas preocupações, que não se resumem a questões pessoais:

*"Nenhuma animadversão temos ao cidadão Vinhaes, mas apesar de ser nosso amigo ele é considerado um elemento estranho no Partido Operário, se combatemos sua candidatura é para não partir da Capital Federal o exemplo funesto que poderia vingiar nos Estados e dar ensejo a especulações políticas de quem jamais tenha professado arte ou ofício."*¹¹

O posicionamento em relação ao republicanismo se traduz pelo uso da expressão "exclusivismo", ou seja, a idéia de que o operariado não deve esperar, nem buscar, ajuda ou colaboração com outras classes.

Uma posição mais radical era defendida pelo grupo socialista liderado por Gustavo de Lacerda que afirmava que o partido operário devia ser exclusivamente composto por operários. França e Silva, porém, postulava um exclusivismo menos radical, segundo ele:

*"nosso exclusivismo deve limitar-se a direção suprema do partido, não admitindo na sua administração indivíduos que dirijam a política dos partidos militantes e aqueles que vivam exclusivamente dos rendimentos de seus capitais."*¹²

O exclusivismo de França e Silva visava impedir que elementos estranhos à classe usassem o partido para impulsionar outros fins que não fossem os do interesse dos operários. Percebe-se ainda a preocupação de França e Silva com uma possível submissão ao domínio dos burgueses sobre o partido. Este texto foi escrito em 1892, num momento em que o autor já tinha adquirido uma postura anti-burguesa mais definida. Contudo, França e Silva em 1890, via na

conciliação com a burguesia o caminho mais razoável e menos tortuoso a seguir, por isso mesmo não tinha a vergonha de admitir que o partido operário, em casos excepcionais, fosse dirigido por... burgueses!:

"Se o Partido operário aqui ou em outros estados não tem nenhum artista que julgue capaz de ser o seu presidente (...)pode este mesmo partido escolher homens que tenham uma arte, embora não vivam dela, mas que sejam inteiramente independentes, sem a menor ligação com os partidos políticos, que vivam de sua indústria ou de seu ramo de negócio, sem receberem favores do governo (...)"¹³

Na visão de França e Silva o pior inimigo não é a burguesia e sim o republicanismo. Apesar da sua ciosa defesa da independência de sua classe, um acordo com a burguesia ainda parece possível, pois a defesa do trabalho, da dignificação via esforço individual deve ser a base de construção da nova sociedade.

Assim, não devemos nos surpreender quando o frontispício do jornal de França e Silva, o *Echo Populaire*, traz o dístico: "Órgão das Classes operárias, comercial e industrial", fazendo supor da existência de interesses comuns entre estas classes. O conflito de classes não estava ainda na ordem do dia, o texto acima alude à visão de um burguês ainda bem próximo ao proletário, "homens que tenham uma arte, embora não vivam dela", porém, "que vivem de sua indústria ou ramo de negócio". Esta imagem pode refletir o operário recém tornado proprietário, portanto tornado patrão pelo seu esforço individual, ou o pequeno-burguês dono de seu próprio negócio. Contudo, em ambos os casos a idéia da diferenciação dada pelo trabalho é a tônica. Provavelmente a existência deste tipo de burguês deveria ainda ser comum, e inspiraria esta vertente própria

de saint-simonianismo de França e Silva: a sua esperança na união dos produtores.

O tenente Vinhaes, contudo, propunha outro caminho para o movimento operário. O que demonstra uma certa abertura dos governos militares-positivistas a uma colaboração com o proletariado.

Vinhaes se propunha como elo entre o governo republicano e os operários, propondo uma união de forças com benefícios mútuos: utilizando da força republicana para garantir conquistas para os operários, e utilizando o apoio destes para delinear um caráter progressista e democrático para a nova república que nascia.

A implicação destas idéias para o movimento operário são evidentes; pressupõem a perda de autonomia em favor de ganhos materiais concretos - o que vai ao encontro dos temores de França e Silva. É o que deixa claro um companheiro de Vinhaes, Valério Flaccus, que assim define o papel político reservado ao proletário:

"Consolidando a forma de governo do povo pelo povo, o proletariado não terá necessidade de lutar nem de solicitar, bastará que o seu representante no parlamento tenha compreendido a sua necessidade e mereça ao governo a confiança de um caráter".¹⁴

Apesar de Vinhaes defender uma relação estreita entre movimento operário e governo republicano, havia alguns pontos básicos em comum das posturas deste e de França e Silva: a primeira, era a idéia de que o movimento operário teria um lugar vital entre as classes que participavam da nação, e que a participação do operariado nos negócios da nação era fundamental para o desenvolvimento econômico e a garantia de uma nação verdadeiramente democrática. Mais do que isso, a participação do proletariado na vida política nacional, evitaria

o conflito de classes que tanto prejudica as nações européias, criando a necessária união de todas as classes para o engrandecimento da nação.

Esta leitura procura reinventar nossa história, reescrever o papel do proletariado: a origem da democracia - e por consequência, da República - estaria inserida nas próprias práticas operárias. O operário seria o verdadeiro símbolo da República, o real portador do progresso e da civilização:

"Das camadas operárias nasceram em todos os tempos as idéias democráticas e quando estas chegam aos palácios da governança já tem amadurecida no cérebro da patuléia. Temos pois, o dever de sustentar as aluais instituições (...). (contudo) Não queremos candidatos impostos, cada um manda em sua casa (...)"¹⁵

Aparentemente contraditória, a incorporação do proletariado à sociedade é do interesse da própria burguesia e principalmente do novo governo:

"O Partido Operário será o guarda vigilante de nossas instituições democráticas, intervindo poderosa e resolutamente todas as vezes que periclitarem. O governo e as classes conservadoras só devem ver no partido que ora se forma, um novo e poderoso fator de engrandecimento pátrio. No peito do operário brasileiro não se aninham o ódio, a descrença e a inveja; ele respeita a propriedade daqueles que a força de perseverante trabalho a adquiriram legalmente. A sua ação será toda benéfica."¹⁶

A defesa da propriedade privada não é contraditório com a defesa dos interesses do proletariado, pois, a propriedade é produto da força perseverante do trabalho adquirido legalmente.

A segunda, era a defesa de uma atuação política do proletariado, e não apenas a sua atuação econômica, através da criação de um partido operário.

Assim, podemos constatar o amadurecimento do operariado no final do

século passado, demonstrado pela superação da visão corporativista-economicista que imperava no período imperial. Com o surgimento de vários grupos operários que defendem intransigentemente a participação do operariado nas questões públicas, no parlamento e mesmo a luta pelos cargos executivos municipais, estaduais e nacional. A compreensão de que não se resolve a questão econômica fora do plano político, faz com que o movimento operário nacional atinja um patamar mais elevado de consciência classista. Pressupõe uma organização e um projeto, não importa se reformista, mais do que isso, é a ante-sala da descoberta de que seus projetos econômicos se conflitariam com outros projetos, a ante-sala da compreensão das origens do conflito classista.

O Partido Operário seria o resultado da necessidade de organização sendo a origem de um projeto para o nascente movimento operário. Assim fala França e Silva:

"Nós entendemos que a questão social, as necessidades do povo, só se resolvem por meio de leis. E onde se fazem as leis? E na Câmara dos Deputados e no Senado. Eis a razão por que entendemos que o Partido Operário não pode deixar de ser político, se quiser cuidar dos interesses do povo plebeu. Já passou o tempo em que se dizia - o operário não deve ter política."¹⁷

A consciência dessa idéia parecia ser bem disseminada neste final de século. França e Silva, no número inicial de seu jornal podia declarar que "constituir as classes operárias em partido político é hoje idéia universal (...)"¹⁸.

Porém, a criação de um partido operário era a criação de um competidor do Partido Republicano. Afrontar ao poder constituído é algo temerário, para o frágil movimento operário, some-se a isso a necessidade de

derrubar a resistência dos próprios operários. Afinal, muitos estão ligados politicamente ao republicanismo, e, também, não devemos esquecer que uma boa parte do operariado é empregado do Estado... Assim, há que justificar a existência do partido operário sem, contudo, desagradar o governo republicano. França e Silva assim se explica:

*"Nós operários, podemos ser republicanos sem prejuízo de criarmos o nosso partido, na própria França muitas vezes Gambetta tinha como competidor um operário também republicano (...). Cada um de nós pode ter sua crença política, mas tratando-se da causa comum - a operária - os sentimentos individuais devem desaparecer para fortalecer o grande todo que há de decretar a emancipação do artista."*¹⁹

O discurso de França e Silva revela a superação de um primeiro momento corporativista pelo domínio de uma concepção política da classe. Nem o interesse da nação - representada pela República, nem o interesse do ofício, representada pelas associações mutualistas, mas o interesse da classe representada pelo partido: a superação dos interesses individuais pela emancipação do todo, do artista. Contudo, há a necessidade de tranquilizar o governo de que o partido operário não vem para substituir o Partido Republicano no comando dos altos destinos da nação, há a consciência da fragilidade do movimento, e a consciência dos limites de sua atuação dentro da política republicana.

A lógica da disputa pelo poder do Estado não está em seu projeto, mas sim a participação neste. Não um governo operário, mas um governo legitimado pelos operários, e portanto, que legitime a participação operária na política em igualdade com as outras classes:

"Partido Operário não significa governo dos operários, pois eles, devido a nossa má educação política

e aos preconceitos da sociedade em que temos vivido, não tem homens ilustres em ponde número e nem pessoal técnico para assumirem tão grande responsabilidade. (...) hoje, porém, ser operário, é um título de honra. (...) Se nos constituímos politicamente, é tão somente para que tenham sanção e o cunho da legalidade dos eleitos do país, as leis que possam favorecer às classes trabalhadoras (...)." ²⁰

Dar legitimidade à República, legitimar as leis que emanam do poder público, democratizar a nação, realizar o verdadeiro governo do povo para o povo, esculpir na face da República, ainda sem um rosto definido, um perfil verdadeiramente popular. Junto a isso, organizar, homogeneizar e criar uma consciência classista num pequeno operariado, comprimido pela força centrífuga da República, evitando arditosamente o confronto com a nascente burguesia. Por isso o privilégio é dado ao partido político e não ao sindicato. É pela garantia da realização da cidadania, dos seus direitos civis, políticos e sociais, que se trava a luta. Portanto, já em confronto com as concepções liberais que só aceitariam os direitos civis. O discurso é o da igualdade de classes e não o da luta de classes. Já se coloca a questão do Estado, mas a luta é pelo estado de direito e não pela destruição do Estado - ou pela tomada deste -, é pela participação no jogo político, na administração, é por legislar; mas, tudo isso, dentro dos quadros institucionais já existentes.

Por fim, a terceira idéia que unia as diferentes correntes operárias era a defesa de uma atuação reformista em prol das classes trabalhadoras, evitando o confronto e, mais do que isso, num primeiro momento, promovendo uma relação harmoniosa com as classes proprietárias.

Vimos que a formulação de um projeto alternativo, a formação de uma contra-

hegemonia, continua fora das esferas do pensamento destes primeiros agrupamentos operários. A própria burguesia industrial tem grandes dificuldades de assumir uma posição hegemônica nestes anos da nascente República. O conflito classista, base para o desenvolvimento de uma consciência de classe, não é forte o suficiente para que isto ocorra. O comando hegemônico dos primeiros anos da República Velha, depois de um interregno de dois governos militares, será exercido pela burguesia agrária. Neste contexto de acomodação política, de luta entre republicanos e monarquistas, entre oligarquias agrárias rivais, entre civis e militares, o conflito classista aparece de menor importância para as lideranças operárias.

Já foi dito por outros autores, que boa parte da burguesia industrial tinha recém saído da oficina, o que explicaria uma atenuação dos conflitos classistas. Esta pode ser uma parte da resposta, um estudo mais profundo sobre as relações entre proletariado e a burguesia poderia esclarecer a possível abrangência desta idéia. O certo é que estes primeiros anos da República mostram um movimento operário apostando na conciliação de classe como forma de realizar as reformas necessárias para o operariado. Não que o conflito estivesse ausente, ele existia, e era reconhecido pelos operários. O número 1 da *Voz do Povo*, por exemplo, declarava que o motivo dos sofrimentos das classes trabalhadoras era que estas seriam "rudemente tratadas pelos ricos e pelos governos (...)." ²¹

Mesmo a situação do operariado não era considerada tão miserável como seus colegas na Europa. Apesar de não compactuarem com a idéia disseminada pela imprensa e

corroborada pela burguesia de que não haveria uma questão social no Brasil, os líderes operários descartavam o radicalismo europeu. Não haveria necessidade dos embates contra a burguesia, pois, "as greves são oriundas da miséria; e entre nós, diga-se de passagem, o operário sofre necessidade, miséria verdadeiramente não."²² França e Silva se declara socialista, mas no seu socialismo não existe espaço para a luta de classes, ao contrário, ele procura tranquilizar a burguesia:

"(...) também vamos lutar seriamente com os que procuram a todo o transe inimizá-los com a indústria, com os proprietários, fazendo acreditar ser o nosso agrupamento um socialismo perigoso (grifo nosso, MVP), perturbador da organização do trabalho. Greves, paredes, levantamentos e outros tantos elementos reacionários, são os meios de que estão lançando mão os inimigos do Partido Operário." ²³

O socialismo preconizado pelo grupo do Echo Popular não é o socialismo perigoso, aquele que aposta no confronto com a burguesia, e sim um socialismo conciliador, que acredita na existência de pontos convergentes com a burguesia. Aqui a situação é diferente da Europa, aqui a aliança dos grupos progressistas, defensores da sociedade igualizada pelo trabalho, parece ser possível. Aqui Saint-Simon parece superar Marx.

Assim, a atitude da burguesia frente ao proletariado, parece ratificar esta visão, pois, segundo François Seul, os capitalistas "já consideram os operários como verdadeiros amigos (...). E para confirmar isso basta ler os estatutos do Centro Industrial do Brasil (...)." ²⁴ França e Silva tem consciência da fragilidade da organização operária, incapaz de sustentar uma greve longa contra os patrões. Sua atitude negativa em relação às

greves é sintomática de sua posição conciliatória. O prejuízo que acumularia com esta postura, em relação aos operários, é flagrante.

Vinhaes, de outro lado, acompanha regularmente o movimento grevista, dando seu apoio quando observa sua justiça, empenhando-se em mediar o conflito, com sua autoridade de deputado federal, apoiando o operariado, quando o acordo não é possível, fortalecendo-os em relação a burguesia e impedindo a violência da polícia.

França e Silva se apega à idéia dos Tribunais Arbitrais, aliás preconizada pela própria Internacional, porém, acreditando que estes poderiam eliminar o conflito a partir de peritos - o conflito eliminado por princípios técnicos. Acompanhemos seus conselhos a operários de uma encadernação que foram ao jornal reclamando seus baixos salários e a imposição de uma alta jornada de trabalho:

*"Ainda não temos constituído o tribunal arbitral de que fala o nosso programa para resolvermos estas questões milindrosíssimas. Registrando a queixa, limitamo-nos a aconselhar aos nossos irmãos operários toda a calma e a prudência para resolvermos fraternalmente com os nossos patrões questões de tão alta magnitude. Não desesperemos, o nosso lema social é que nem o operário seja lesado no seu trabalho e nem o patrão prejudicado a ponto de ver-se na contingência de fechar o seu estabelecimento, o que será uma calamidade para os próprios operários. E como resolver este problema? Nomeando-se peritos para saber-se quem tem razão. É por este sistema que pretende o Partido Operário resolver o complicado problema do trabalho. São se aflijam os operários e nem sejam imprudentes os nossos patrões."*²⁵

O limite que vocabulário e prática liberal lhe impõe o leva às raias da impotência, a tentativa de aparentar neutralidade no conflito demonstra a total incompreensão das razões deste. A necessidade da organização sindical operaria não é levantada neste caso, França e

Silva aconselha a paciência e a fraternidade com quem não demonstra a mínima intenção de ser fraternal. A submissão à ideologia burguesa leva França e Silva a acatar sem restrições o direito de propriedade. O patrão detém o poder absoluto dentro de sua fábrica, só o limita a sua própria consciência. Assim, é o caso da Fábrica de Tecidos "O Industrial", onde França e Silva nega o direito dos operários de questionar o poder do patrão:

*"(...) não é dos artigos e parágrafos contidos nas mesmas disposições, com o que nada temos a ver, pois trata-se de um estabelecimento particular que pode regular-se como entender, sim ou não ao contento dos operários, segundo o que lhe ditar a consciência (...)."*²⁶

Defender os operários ao mesmo tempo que defende o poder total do patrão dentro da fábrica é condenar suas propostas ao fracasso. Quando o conflito classista irrompe não há como ser neutro, França e Silva teria que fazer sua opção, os limites do vocabulário liberal estariam então dados, França e Silva teria que buscar um novo vocabulário.

O primeiro ano de vida dos partidos operários criados no Rio de Janeiro, finalizou-se com as eleições do final de 1890. Derrotados, França e Silva e seu grupo se distanciam ainda mais do governo e passam a repensar suas idéias sobre a importância das eleições e sobre suas alianças. Não era muito difícil notar que o governo republicano aceitava apenas uma democracia, aquela em que só houvesse um vencedor: o próprio governo, uma democracia sem risco, portanto. Não havia espaço para outros concorrentes, uma democracia sem o conceito de pluralidade, sem o reconhecimento da diferença e do conflito.

A fração de Vinhaes avança, neste contexto, não por ser operária, mas por ser republicana. Porém, os vaticínios de França e Silva se realizariam. Ao se contrapor ao governo Floriano, Vinhaes cai em desgraça, é exilado e com ele desaparece a fugaz experiência operária de 1890.

O movimento operário que renasce a partir de 1892/3, vai aprender com seus erros. O acirramento do conflito social desfaz as idéias sobre a conciliação de classes. França e Silva criaria um novo partido, em 1892, fundaria um novo jornal: *O Socialista*.

Suas posições demonstrariam a sua crescente radicalização: desaparece sua visão de reformas através das eleições de operários para o parlamento. A dura realidade das fraudes demonstra a natureza da república oligárquica. França e Silva busca um novo veículo para manifestar seu dissenso: demonstra adesão a uma concepção de democracia rousseauiana - negando a própria idéia da representação - exemplificando sua mudança de rota, mostra as lições que aprendeu do ano de 1890:

"Eleição - o que significa? Uma mentira, um roubo legal feito às massas menos instruídas, pelos velhacos e nada mais. - A vontade não se representa; a consciência ou é a mesma ou nenhuma (...) - A única eleição lícita, legal é o plebiscito. Este produzindo a derrota certa da burguesia, não lhes convém. A eleição, como temos atualmente, é a corrupção, a prostituição de todos que, a troco do dinheiro ou de um emprego, vendem-se diante da uma e negociam com a consciência como as damas da vida (...)." 27

Os conflitos demonstram a impossibilidade de uma conciliação com a burguesia. A criação de um projeto alternativo entra na ordem do dia: a luta pela propriedade dos meios de produção - idéia central do pensamento socialista - passa a ser incorporado ao ideal operário. Assim, o

programa do Partido Operário, de agosto/setembro de 1892, diz que:

"Considerando que a socialização da produção, sob o regime atual da propriedade concentra em poder da classe capitalista todos os rendimentos sociais, ficando por este fato a classe trabalhadora submetida a uma exploração física e moral cada vez mais acentuada. Considerando que por estas condições econômicas da sociedade atual a classe trabalhadora jamais poderá emancipar-se da tutela do capital sem que se aproprie dos meios de produção (...)." 28

O republicanismo deixa de ser o grande problema, já não há mais o que esperar do novo regime. É a burguesia que assume o espaço da grande inimiga, a luta de classes perdeu seu véu. Neste estado liberal que se esquivava da mediação entre as classes, a brutalidade da burguesia se apresenta sem encantos. Vejamos um relato, carregado nas tintas, das relações do operariado e a burguesia:

"Sangue, Sangue, e mais sangue. No cérebro enfermo da burguesia acastelou-se a idéia de que o único elemento dissolvente e perturbador da paz e serenidade públicas são os operários quando fazem greves, reclamando o seu direito, ou o Partido Operário Socialista nas batalhas que dá aos fortes baluartes da sociedade arruinada e podre em que vivemos. O operário, o homem que luta quotidianamente pela vida, que faz da oficina ou da sua tenda de trabalho uma segunda habitação, não se lembra, nem lhe sobra tempo para concertar planos e maquinizar revoluções, que tenham por objetivo derrubar governos e escalar o poder. O operário só quebra o silêncio da oficina e só sai de sua normalidade habitual quando a isto o arrasta a injustiça daqueles para os quais trabalha por minguado salário. (...) A burguesia, falsificando na urna o pensamento do povo, ocupa nos destinos do país os primeiros postos do governo; a parte que se julga prejudicada não se conformando, apela para ação material. Daí as convulsões intestinas, a perturbação da ordem e conseqüentemente a impossibilidade de vida, pela ausência de viveres e carestia de todos os gêneros." 29

Os limites da ideologia burguesa foram rompidos, a visão de um socialismo que une as duas classes - proletariado e burguesia -

pela igualdade do trabalho, é superado pela visão que compreende a irreconciliável separação que o trabalho, na sociedade burguesa, produziu entre estas duas classes. Assim, rompido os limites da ideologia burguesa, o novo socialismo professado por França e Silva, nas páginas do jornal *O Socialista*, passa a ter como centro a concepção da luta de classes, e a tomada dos meios de produção, via tomada do poder estatal, como estratégia básica.

Uma nova etapa pode agora ser trilhada pelo movimento operário, com seu próprio vocabulário, contudo, este avanço não excluiria dificuldades outras ao processo de constituição de um movimento operário autônomo, a questão da organização sindical passará a ordem do dia.

1 José M. de Carvalho, *A Formação das Almas*, S. Paulo, Comp. das Letras, 1990.

2 O sentimento reformista dos primeiros governos militares pode ser atestado em artigos de republicanos no jornal semi-oficial do republicanismo, *O Paiz*, ali a política de Floriano é classificada como socialismo de estado. Visão semelhante à de alguns líderes operários do período que aludem a "uma espécie de socialismo" que comandava as visões do supremo chefe da República.

3 Neste artigo, não é nosso objetivo acompanhar a atuação operária pela República, solicitamos ao leitor interessado consultar o capítulo 2 de nossa tese: "1889: Os operários e a República".

4 Evaldo Silva Garcia, "A Imprensa Operária e Socialista Brasileira no Século XIX". *Revista de Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, nº 19, Fev. 1964.

5 A construção da consciência da classe operária, objetivo de nosso trabalho, é vista em Gramsci especialmente em: *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, R. de Janeiro, Civ. Brasileira, 1984, pgs. 49 a 51.

6 Idem, *Concepção Dialética da História*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978, particularmente, pgs. 21/22.

7 Sobre os intelectuais orgânicos "corporativistas" veja-se o artigo de Perry Anderson, "Les origines de la crise presente", *Les Temps Modernes*, nº 219/220; apud Henry Weber, *Marxismo e Consciência de Classe*, S.Paulo, Martins Fontes/Moraes, 1977; pg. 139, nota 21.

8 O inaugurador desta visão é Bons Fausto no seu *Trabalho Urbano e Conflito Social*. SP, DIFEL, 1977.

9 Os socialistas desse período utilizam várias expressões para se designarem, "classes laboriosas", "classes

trabalhadoras", "classe operária", "proletariado", "artistas". Contudo, a consciência da sua especificidade em relação aos pobres, ao povo em geral é clara. Lembraria a citação do jornal *Voz do Povo* na primeira página do capítulo 2 da minha tese já citada, onde se lê: "Entre as muitas classes em que se dividia o povo, ocupávamos o último lugar." Mais à frente, veremos França e Silva definir como pertencente à classe aqueles que tenham "professado arte ou ofício".

10 *Revista Typográfica*, 24.11.1888.

11 *O Paiz*, 18.2.1890.

12 *O Combate*, 13.6.1892.

13 *Echo Popular (EP)*, 17.3.1890.

14 *O Paiz*, 19.2.1890.

15 *EP*, 02.6.1890.

16 *O Paiz*, 10.2.1890.

17 *EP*, 17.4.1890.

18 *EP*, 6.3.1890.

19 *Voz do Povo (VP)*, 8.1.1890.

20 *EP*, 24.4.1890.

21 *VP*, 6.1.1890.

22 *EP*, 3.4.1890.

23 *EP*, 13.3.1890.

24 *O Paiz*, 7.4.1890

25 *EP*, 3.6.1890.

26 *EP*, 8.4.1890.

27 *O Socialista (RJ) (SRJ)*, 26.5 1893.

28 *SRJ*, 4.3 1893.

29 *SRJ*, 4.3.1893.